

**GOLFE EMPRENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
S/A**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

SUMÁRIO

Relatório dos Auditores Independentes	3
Balanço Patrimonial	6
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração do Fluxo de Caixa	11
Relatório da Administração	12
Notas Explicativas	13

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Srs. Acionistas da
GOLFE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A.
Araranguá - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **GOLFE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A – “Golfe”**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Golfe**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **Golfe**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Golfe** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Golfe** ou

cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Golfe** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Golfe**.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Golfe**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Golfe** a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria,



inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 23 de abril de 2026.

ACTUS AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

CRC-SC N° 001.059/O-7

Eduardo Zierhold

Contador CRC N° SC-024.001/O-0

GOLFE EMPRENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO	Nota	2.025	2.024
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa		13	2
Tributos a recuperar	4	1.460	1.272
Juros s/ Capital Próprio a Receber		833	2.951
Total do Ativo Circulante		2.306	4.225
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Mutuo com acionista – Sra. Natália		10.864	-
Mutuo com acionista – Sra. Amália		10.345	-
		21.209	-
Investimentos			
Industrial Pagé Ltda	5	126.159	174.346
		126.159	174.346
Total do Ativo Não Circulante		147.368	174.346
TOTAL DO ATIVO		149.674	178.571

GOLFE EMPRENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE

Valores expressos em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2.025	2.024
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas		2	2
Obrigações Tributárias	6	17	20
Dividendos a pagar aos sócios		1.419	3.403
Juros sobre o capital próprio - receita diferida		980	3.825
Total do Passivo Circulante		2.418	7.250
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para contingências tributárias	7	1.670	-
Total do Passivo não Circulante		1.670	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	8.1	180.000	180.000
Ajuste Avaliação Patrimonial	8.2	5.879	6.590
Prejuízos acumulados		(40.293)	(15.269)
Total do Patrimônio Líquido		145.586	171.321
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		149.674	178.571

GOLFE EMPRENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE

Valores expressos em milhares de reais

	Nota	2.025	2.024
Receita Operacional Líquida		2.436	6.552
Lucro Bruto		2.436	6.552
(Despesas) e outras receitas			
Gerais e Administrativas		(23)	(21)
Resultados de participações societárias	5	(23.309)	(23.192)
Recebimento dividendos em participações societárias		-	25
Provisões contingências tributárias		(1.670)	
Lucro (prejuízos) operacional antes do resultado financeiro		(22.566)	(16.636)
Receitas Financeiras		68	225
Despesas Financeiras		(92)	(359)
Resultado financeiro líquido		(24)	(134)
Resultado do exercício antes do imposto de Renda e contribuição social		(22.590)	(16.770)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	3.2	(264)	(357)
Resultado Líquido do Exercício		(22.854)	(17.127)
Quantidade de cotas ao final do exercício		180.000	180.000
Lucro líquido por cota		(0,13)	(0,10)

GOLFE EMPRENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE

Valores expressos em milhares de reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado Líquido do Período	<u>(22.854)</u>	<u>(17.127)</u>
Ajuste exercícios anteriores	906	-
Resultado Abrangente do Período	<u><u>(21.948)</u></u>	<u><u>(17.127)</u></u>

GOLFE EMPRENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Valores expressos em milhares de reais

	Notas	Capital Social Subscrito	Ajuste de avaliação Patrimonial	Reservas de lucros Retidos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		180.000	6.682	1.965	188.647
Lucros distribuídos aos sócios				(107)	(107)
Prejuízo do exercício				(17.127)	(17.127)
Realização do AAP (Liquido)			(92)		(92)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		180.000	6.590	(15.269)	171.321
Ajuste exercícios anteriores - controla (efeito reflexo)	8.3			(3.787)	(3.787)
Ajuste exercícios anteriores - Golfe	8.3			906	906
Prejuízo do exercício				(22.854)	(22.854)
Realização do AAP em controlada (efeito reflexo)			(711)	711	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		180.000	5.879	(40.293)	145.586

GOLFE EMPRENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE

Valores expressos em milhares de reais

Natureza das operações	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do exercício antes do IR e CS	(22.590)	(16.770)
Ajustado por itens que não afetam o caixa:		
Ajuste exercícios anteriores - Golfe	906	-
Resultados de participações societárias	23.309	23.192
Provisão para contingências	1.670	-
Sub-total	3.295	6.422
(Aumento) ou Diminuição de ativos		
Tributos a recuperar	(188)	2.227
Juros s/ Capital Próprio a Receber	2.118	6.134
Mutuo – Partes relacionadas	(21.209)	-
Aumento ou (Diminuição) de passivos		
Obrigações Tributárias	(3)	(1.490)
Juros sobre o capital próprio a pagar aos sócios	(2.845)	(8.126)
Caixa usado nas operações	(18.832)	5.167
IRPJ e CSLL	(264)	(357)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(19.096)	4.810
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento de dividendos de controlada	21.091	133.589
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	21.091	(133.589)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Distribuição de lucros	(1.984)	(138.398)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(1.984)	(138.398)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	13	2

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas:

Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários vigentes, apresentamos e submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras que compreendem o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparativamente com o encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Permanecemos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Expressamos nossos agradecimentos a todos aqueles que tem participado ativamente do crescimento e desenvolvimento da Companhia.

Araranguá, 10 de abril de 2026.

A ADMINISTRAÇÃO

GOLFE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **GOLFE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A (“Golfe”)** é uma companhia, constituída em 03/05/2004, com CNPJ nº 06.697.781/0001-00, e atos constitutivos arquivados na JUCESC com o nº 236325906, sediada na Alameda Ascendino Moraes de Sá, nº 2183, sala A, Mato Alto, Araranguá/SC. A **Golfe** tem por objeto social administração de imóveis e móveis próprios e participação em outras companhias, em quotas ou ações de capital.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 10 de abril de 2026.

2.1. Declaração de relevância

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão, atendendo a orientação técnica OCPC 07- Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação e transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, quando existentes, são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado.

2.4. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de

aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.9. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.5. Continuidade operacional

As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a Administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A Administração, considerando o equilíbrio observado de sua liquidez corrente, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

2.6. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Divulgamos abaixo as novas normas e alterações às normas, ainda não vigentes, que a Companhia pretende adotar, se cabível, quando entrarem em vigor:

Norma	Início da vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	01/01/2025
IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027

Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia observa o regime de competência para o registro das transações, combinado ainda com as seguintes práticas contábeis:

3.1 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.2. Tributos sobre o Lucro

Os tributos sobre o lucro do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes. O tributo é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio. A empresa adota o regime de lucro presumido.

3.3. Instrumentos financeiros não derivativos

Os instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Estes instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data do balanço, os quais contemplam os custos de transação

e rendimentos diretamente atribuíveis. A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos no encerramento do exercício de 2025.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa compreendem o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata. Possuem características de conversão imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.5 Investimento

Os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, segundo o qual a participação proporcional da companhia nos lucros ou prejuízos de suas controladas, em conjunto.

Razão Social	Denominação Utilizada	% de Participação	
		2025	2024
INDUSTRIAL PAGÉ LTDA	PAGÉ	95,00	95,00

3.6. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando: i) existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

3.7. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.8. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

3.8.1. Julgamento

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da sociedade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas

demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

3.8.2. Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são elencadas a seguir.

(i) Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

(ii) Mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2025	2024
IRRF Juros sobre capital próprio	147	994
Saldo negativo IRPJ	1.313	278
Total	1.460	1.272

5. INVESTIMENTO

	% Participação		No Patrimônio Líquido		Participação no Resultado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Industrial Pagé LTDA	95,00	95,00	126.159	174.346	(23.309)	(23.192)
			126.159	174.346	(23.309)	(23.192)

A participação no resultado do investimento é composta das seguintes rubricas:

	R\$ - mil	
	2.025	2.024
Equivalência patrimonial positiva	23.189	(23.192)
Perdas em investimento (distribuição desproporcional)	(46.498)	-
	(23.309)	(23.192)

6. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2025	2024
CSLL	13	-
PIS	1	4
COFINS	3	16
Total	17	20

7. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS – RISCO PROVÁVEL

A Empresa mantém provisões para contingências tributárias, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” na avaliação da própria Administração. A administração da Empresa prevê que as provisões para estas contingências constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas em processos:

	2025	2024
Tributária	1.670	-
Total	1.670	-

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 180.000.000 (cento e oitenta milhões de reais), está representado 171.000.000 (cento e setenta e um milhões de reais) em ações ordinárias e R\$ 9.000.000 (nove milhões de reais) em ações preferenciais, sendo que cada ação tem valor de R\$ 1 (um real).

8.2 AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Mensurados a valor justo itens mais representativos do imobilizado da controlada Industrial Pagé Ltda.

8.3 AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Referem-se à adequação dos saldos contábeis da própria Companhia, bem como, a adequação às demonstrações financeiras da controlada Industrial Pagé Ltda:

	2025
- Ajustes da Golfe:	906
- Ajustes em controlada (efeito reflexo):	(3.787)
= Total do ajuste líquido:	(2.881)

9. GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO

9.1. Instrumentos financeiros

Os principais passivos financeiros da companhia, que não sejam derivativos, referem-se a fornecedores. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e outras contas a receber que resultam diretamente de suas operações. Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada no encerramento das demonstrações financeiras, e, correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado. A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024 são:

Instrumentos financeiros	Classificação CPC 48
Caixa, equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Demais contas a receber	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Demais contas a pagar	Custo amortizado

A Companhia está exposta a i) risco de liquidez e iii) risco de mercado. A Administração da Companhia supervisiona a gestão destes riscos. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A Administração revisa frequentemente e estabelece políticas para gestão de cada um destes riscos em função de alterações nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

9.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não possuir recursos suficientes para cumprir com seus compromissos. A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o mesmo por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

9.3. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado, principalmente aos riscos de variações nas taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar a exposição a estes riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e, maximizar o retorno.

9.3.1. Risco da taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras são afetados pela taxa de juros do CDI, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos.

9.4. Gerenciamento de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para modernização e ampliação do parque fabril existente, além de prover retorno aos quotistas e colaboradores. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia ao Administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas.

Ângela Fátima Pascoali Boeira
CPF nº 290.109.509-72
Sócia-Administradora

Maiara Adélia da Silva Mello
CPF nº 088.449.979-08
Contadora CRC/SC nº 44.721/O-9